

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior
Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
Divulgação do Brasil no Exterior
Ensino Profissional Diplomático
Gestão da Participação em Organismos Internacionais
Gestão da Política Externa
Promoção das Exportações e Acesso a Mercados
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais

Ministério das Relações Exteriores

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior

Resultados

O Programa é executado pela Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior - DCJ e pelos Postos do Ministério das Relações Exteriores - MRE no exterior (missões diplomáticas e repartições consulares).

A ação consular do MRE no exterior tem contribuído de forma amplamente positiva para prestar a assistência e o apoio necessários aos cidadãos brasileiros, tanto na prestação de serviços consulares tradicionais (assistência a desvalidos, atos notariais, emissão de documentos) como na execução de projetos específicos, ou seja, aqueles fora da rotina de assistência consular, como treinamento de pessoal para prestar assistência a brasileiros em regiões abaladas por grandes catástrofes ou outras situações não previstas na rotina de assistência consular.

Em 2001, os postos no exterior atenderam a um grande número de brasileiros que solicitaram algum tipo de assistência consular. A grande maioria dos atendidos precisou apenas de pequenos auxílios para regressar ao Brasil. Feitas as triagens de rotina, pôde-se atender a um universo de aproximadamente 2.500 pessoas que necessitava de algum tipo de ajuda realmente emergencial. Além disso, também foi prestada assistência jurídica a cidadãos presos e promovida a repatriação de desvalidos.

Em 2002, houve um acréscimo na demanda em torno de 10% do total de casos emergenciais, chegando-se a um número de aproximadamente 2.800 atendimentos. Houve, nesse mesmo ano, um aumento de cerca de 30% nos casos de repatriação de desvalidos.

Houve também, em 2002, uma maior agilidade e produtividade dos Consulados Itinerantes. A maior frequência com que foram realizados contribuiu para uma maior divulgação e procura pelos serviços prestados e para o aprimoramento da prestação de tais serviços.

Por outro lado, a avaliação dos resultados do Programa tem sido prejudicada pela dificuldade de apuração do atual indicador, Taxa de Brasileiros Assistidos no Exterior, e pela sua insuficiência para mensurar os serviços prestados no âmbito da assistência a brasileiros no exterior. Para exemplificar, caberia mencionar a impossibilidade de elaborar-se censo de brasileiros no exterior, ressaltando dentre os obstáculos o fato de que, em certas regiões, grande parte dos nacionais se encontra em situação imigratória não definida, o que faz com que evitem contato com as autoridades brasileiras.

Contudo, a maior dificuldade é que não se desenvolveram critérios para mensurar a demanda dos serviços prestados em assistência consular, porquanto se trata de atividade em que ressaltam os aspectos qualitativos. Com base na metodologia disponível no âmbito do PPA, poder-se-iam examinar mecanismos para definição de novos indicadores para o Programa.

Um outro óbice à boa consecução dos resultados do Programa é a sucessiva redução dos recursos orçamentários a ele destinados. As Propostas Orçamentárias aprovadas para os exercícios de 2000, 2001 e 2002, foram respectivamente de R\$ 550 mil, R\$ 556 mil e R\$ 612 mil com as correspondentes taxas cambiais médias de 1,75, 2,20 e 3,50. Para fins de comparação vale ressaltar que em 1996 e 1997, quando o câmbio era paritário, os recursos liberados foram da ordem de R\$ 729 mil e R\$ 873.981,00, respectivamente.

Gerente:

Ministro Adolf Libert Westphalen

Esse impacto dos cortes orçamentários e da forte desvalorização do Real tem motivado a adoção de medidas de filtragem dos casos apresentados, restringindo o atendimento apenas aos efetivamente emergenciais. Tais medidas têm provocado críticas e descontentamento por parte do público-alvo.

Mesmo assim, apesar de o Orçamento da União não contemplar com a totalidade os recursos solicitados inicialmente para o desenvolvimento de projetos específicos na área consular ou de capacitação de funcionários do setor, pode-se concluir que o MRE vem cumprindo boa parte dos objetivos propostos no PPA, no período 2000-2002.

Concepção

A principal demanda pelo Programa Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior surgiu com o crescente número de brasileiros residentes no exterior, bem como o aumento constante de brasileiros viajando ao exterior, exigindo cada vez mais a prestação de serviços de nossas missões diplomáticas e repartições consulares.

Apesar de não haver dados consolidados, estima-se que nos últimos cinco anos houve um aumento do fluxo de brasileiros residentes no exterior e turistas de 3 milhões para 5 milhões. A demanda por serviços consulares tem aumentado principalmente no tocante a serviços notariais e aos serviços de assistência propriamente ditos, como os conseqüentes de roubos e perdas de documentos e dinheiro, situações de imigração ilegal, assistência em casos de acidentes e mortes e assistência a brasileiros com problemas relacionados a drogas (prisão, tráfico etc).

Entre 1995 e 1997, o Programa foi amplamente divulgado pela mídia nacional e pelos postos no exterior. O impacto quantitativo, embora não mensurável, foi percebido pelo aumento da demanda pelos serviços oferecidos em termos de assistência consular pelas missões diplomáticas e consulares brasileiras. Houve também um grande fluxo de pessoas que passou a freqüentar as nossas missões, com a finalidade de observar e receber informações acerca dos serviços prestados pelos postos brasileiros no exterior.

Implementação

O Orçamento da União não tem contemplado o Programa com recursos suficientes para fazer face a todas as demandas por assistência a cidadãos brasileiros no exterior. Conseqüentemente, os recursos financeiros alocados ao Programa destinam-se primordialmente ao atendimento de casos emergenciais, notadamente as repatriações.

Tais casos constituem apenas um dos aspectos da tarefa de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior, que contempla, ainda, diversas situações como: assistência ao cidadão que se instala na jurisdição, casos de doença ou acidente, falecimento, desvalimento, indicação de profissionais liberais das mais variadas áreas, acompanhamento de processos judiciais, dentre outros.

Muitas vezes, é feita uma rigorosa triagem e são atendidos apenas os casos de completo desvalimento. Com isso, deixaram de ser atendidas as pessoas que, embora consideradas necessitadas, possuíam parentes que poderiam ajudá-los. Neste caso, elas foram orientadas a manterem contato com esses familiares para solucionarem os problemas apresentados. Caso não possuíssem parentes, foram contatadas instituições assistenciais no Brasil, para um possível auxílio ao desvalido e, por fim, instituições assistenciais no país onde se encontrava o brasileiro.

A principal consequência dessa prática no público-alvo foi uma certa frustração com relação à expectativa alimentada sobre os serviços assistenciais no exterior.

Por outro lado, as repartições consulares brasileiras trabalham com escassez constante de meios materiais, como móveis adequados, material de informática etc., sendo que um grande número delas não possui instalações adequadas em tamanho e comodidade para o atendimento ao público. Além disso, as repartições trabalham com um número muito limitado de pessoal para o atendimento à crescente demanda pelos serviços oferecidos. Há necessidade de reciclagem, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Com referência aos mecanismos de participação da sociedade houve, no período 2000-2002, uma maior interação da comunidade brasileira com as repartições Consulares no exterior por meio das "caixas de sugestões" e dos "conselhos de cidadãos". Tais procedimentos foram repassados a todos os postos brasileiros no exterior, mas pode-se notar que são mais divulgados e utilizados nas localidades onde há expressiva concentração de brasileiros, como nos EUA, Europa Ocidental, América do Sul e Japão.

Para a realização das consultas nas caixas de sugestões não existem formulários próprios, ou seja, cada pessoa faz a sua sugestão de próprio punho. As mais frequentes dizem respeito à colocação, em locais de fácil acesso e visibilidade, de informações essenciais sobre os serviços prestados e os valores cobrados, mesmo que esses serviços sejam eventuais como eleições, serviço militar etc. Tais solicitações têm sido prontamente atendidas.

Já as reuniões organizadas pelas repartições consulares brasileiras com os conselhos de cidadãos visam a motivar uma maior interação entre os brasileiros residentes e a uma melhor orientação sobre a demanda dos principais serviços consulares requisitados pela comunidade local. O principal benefício é fazer com que o brasileiro não se sinta solitário num país distante e perceba que, em caso de necessidade, haverá um representante de seu País naquela localidade com quem ele poderá contar e solicitar auxílio e informações diversas.

Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Resultados O Programa é executado pelo Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica - DCT, com o apoio de embaixadas e consulados brasileiros localizados em países estratégicos para o setor de Ciência e Tecnologia e dos 21 Setores de Ciência e Tecnologia no Exterior - Sectecs, em postos do Ministério das Relações Exteriores - MRE no exterior. Tem como objetivo aprofundar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

No decorrer do período 2000-2002, importantes atividades, dentre as quais reuniões, *workshops*, fóruns e seminários internacionais, foram realizadas com os diferentes atores que integram e atuam conjuntamente com a área de ciência, tecnologia e educação, no âmbito da cooperação internacional. Dentre elas, pode-se destacar:

- implantação e implementação do Centro de Gestão Estratégica do Conhecimento em Ciência e Tecnologia - Cgecon, com objetivo de promover a gestão do conhecimento e a inteligência competitiva como subsídios para a formulação e implementação da política externa em matéria de ciência, tecnologia e educação, no âmbito da cooperação internacional;
- reestruturação e redefinição do Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Educação - Sictex, com a indução do novo modelo de gestão de dados e informações, bem como a inserção de novos sistemas operacionais baseados em Linux e a operacionalização do sistema de vídeo-conferência em três postos do MRE no exterior;
- ampliação e intensificação da cooperação com os parceiros tradicionais (França, Alemanha, entre outros) e não-tradicionais (China, Coréia do Sul, Índia, Austrália, entre outros), seja em termos quantitativos como qualitativos;
- negociação junto à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - Unctad, que resultou na reeleição do Brasil na Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - CSTD;
- negociação, junto à Organização dos Estados Americanos - OEA, que resultou na realização e execução de um conjunto de projetos com a Comissão Interamericana de C&T;
- apoio à implementação do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em C&T - PROSUL/MCT/MRE; e
- cooperação e apoio aos países de língua oficial portuguesa - CPLPs, que resultou em programas e projetos nas áreas de C&T, educação e saúde (HIV/AIDS), tais como os convênios para concessão de bolsas de estudos a estrangeiros no Brasil.

Com relação à evolução dos indicadores na forma e metodologia apresentados pelo PPA, a peculiaridade das ações do MRE, em particular da área de cooperação científica, técnica, tecnológica e educacional no âmbito internacional, torna difícil a mensuração dos resultados qualitativos do programa, que sofre influência de diferentes fatores políticos e econômicos em torno da realização de projetos em matéria de C&T.

O Programa, por meio das atividades do DCT, vem reestruturando os 21 Sectecs localizados nos postos do exterior, responsáveis pelo acompanhamento *knowledge broker* do cenário local nas áreas de

Gerente:

Marília Sardenberg Zelner Gonçalves

conhecimento consideradas prioritárias para a agenda de cooperação em C&T e pelo monitoramento de tendências e brechas competitivas que podem se constituir em oportunidades para o Governo brasileiro.

Quanto ao público-alvo, este não se restringe simplesmente à comunidade científica brasileira ou mesmo a estudantes brasileiros e estrangeiros, mas a todas instituições públicas, privadas e organismos internacionais que participam ativamente da formulação e implementação da política externa em ciência e tecnologia.

..... **Concepção**

Nas últimas décadas do século XX, a economia mundial foi marcada pelo fenômeno da globalização e pelos avanços em direção à liberalização do comércio de bens e serviços. Neste contexto, o ambiente internacional que ora se apresenta é caracterizado pelo acirramento da competição externa por mercados consumidores.

O aproveitamento das oportunidades por parte do Brasil depende da competitividade dos produtos brasileiros, que por sua vez está diretamente relacionado à capacidade inovadora de nossas empresas.

Desse modo, o conhecimento constitui fator de produção e o acesso à ciência, tecnologia e educação definem a posição dos países na hierarquia do sistema internacional, bem como as tecnologias intensivas em conhecimento científico e tecnológico agregam valor à produção e geram maior emprego e renda para o País.

O papel do Governo Federal é fundamental para produção de capital social, por meio da capacitação de recursos humanos e investimentos na infra-estrutura de informação. Os instrumentos de gestão do conhecimento e de inteligência competitiva constituem meios para dinamizar as redes de interesse e articulação. Aplicados à cooperação internacional, incrementam processos de inovação, subsídios para políticas públicas e insumos para o setor produtivo.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal vem se atentando para as transformações na área da gestão do conhecimento no ensejo de incorporar os seus procedimentos de modo ativo e dinâmico. Tal objetivo implicou mudanças no processo decisório para possibilitar ao Governo o poder de atuação como facilitador de capacidade, estimulador de interações entre pessoas e processos e dinamizador de fluxos de informações e tecnologias.

Redes de colaboração e aprendizagem, alianças estratégicas e parcerias entre pessoas e instituições no âmbito global, bem como normas que possibilitam a coordenação e a cooperação, criam mecanismos que estimulam e ampliam a capacidade de inovação e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, tornando o aprendizado mais veloz, qualitativo e eficiente, e facilitando a cooperação e a coordenação. São, portanto, indispensáveis e precisam ser estimulados por parte do Governo, pois possibilitam a modernização de regras em comportamentos e processos de decisão.

A promoção tecnológica e comercial e o fortalecimento da área econômica, a operação do mundo através de redes e o impacto da informação sobre as cadeias produtivas constituem os pilares da política externa no âmbito do MRE.

Para tanto, a fim de acelerar as mudanças e preparar o País para conquistar os benefícios da nova economia, esse Programa foi concebido e estruturado para atender às demandas de informações e conhecimentos estratégicos da cooperação em C&T no âmbito internacional.

Basicamente, o Programa visa:

- desenvolver a cultura de inovação no sentido de produzir, assimilar e explorar com sucesso as conquistas tecnológicas em todos os domínios, econômico, social e ambiental;

- estimular a educação para ciência e tecnologia nos níveis fundamental e médio e a capacitação de graduandos por meio de programas de iniciação científica no ensino superior; e
- gerar programas de interesse nacional para absorver os quadros qualificados na área científica e tecnológica e atrair doutores formados e em atuação em outros países.

O público-alvo, em especial as instituições públicas e privadas que atuam na área de C&T, demanda suas necessidades de cooperação bilateral e multilateral, tanto com países quanto com organismos internacionais relacionados ao tema, mediante reuniões técnicas e políticas, missões, comissões mistas e integrando as comunidades virtuais disponibilizadas pelo Cgecon, que por sua vez objetivam promover o trabalho em rede, ensino à distância e o compartilhamento de conhecimentos e informações estratégicas.

Implementação

As ações e resultados foram alcançados de maneira satisfatória no tocante aos esforços do Governo brasileiro à inovação e à competitividade das empresas e instituições nacionais na comunidade internacional.

Consolidou-se o papel da gerência do Programa como coordenadora política do sistema de C&T no âmbito internacional, tendo-se logrado fortalecer as parcerias existentes e, sobretudo, expandir as articulações com demais atores no plano nacional e internacional. O principal apoio dos parceiros ao Programa vem sendo intensificado por meio do Cgecon, que já realizou importantes eventos de interesse nacional, tais como a proposta de uma política de inovação baseada no *Offset*, elaboração do Projeto *Ecodesign-net*, discussões sobre acesso a novos mercados, entre outras.

Os principais parceiros de Governo são:

- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Ministério do Meio Ambiente - MMA;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- Ministério da Educação - MEC;
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- Governo do Estado de Pernambuco;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro;
- Instituto de Pesquisas do Amazonas - INPA;
- Instituto Nacional de Metrologia - Inmetro;
- Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI;
- Universidade de São Paulo - Cidade do Conhecimento - USP;
- Universidade de Campinas - Unicamp; e
- Universidade de Brasília - UnB.

Todas estas instituições são parceiras do DCT na execução e implementação das ações em matéria de C&T e educação, bem como no apoio à gerência na formulação e implementação da política externa na área. As vantagens

decorrentes desse grupo de instituições tornam possível e efetivamente satisfatório o desenvolvimento da cooperação internacional em C&T, bem como a realização de projetos e programas nacionais.

Existem também parcerias com outros programas do PPA 2000-2003, que incluem, entre outros:

- Gestão da Política Externa - MRE;
- Divulgação do Brasil no Exterior - MRE;
- Promoção das Exportações e Acesso e Mercados - MRE;
- Relação do Brasil como Estados Estrangeiros e Organismos Internacionais - MRE
- Pólo Industrial de Manaus - MDIC;
- Desenvolvimento do Setor Exportador - MDIC;
- Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MDIC;
- Propriedade Intelectual - MDIC;
- Prohem da Amazônia - MMA;
- Biodiversidade e Recursos Genéticos - MMA;
- Universalização dos Serviços de Telecomunicações - MC;
- Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação - MEC;
- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - MAPA;
- Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa - MCT;
- Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico - MCT;
- Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos - MCT;
- Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico - MCT; e
- Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para Competitividade - MCT.

Quanto aos mecanismos de consulta ao público-alvo, vêm sendo utilizadas as comunidades virtuais temáticas e geográficas, que apóiam o Programa com subsídios para a definição da agenda diplomática em matéria de C&T, bem como no processo de formulação da política externa na área, no âmbito da cooperação internacional.

Apesar dos bons resultados e iniciativas mencionados, o corte de recursos e a irregularidade na sua liberação geraram dificuldades para a implementação e execução das ações que focalizam seus resultados e impactos com base em um planejamento estratégico de longo prazo.

Outra dificuldade enfrentada tem sido a inadequada infra-estrutura de tecnologia de informação do DCT. Nesse sentido, é necessário, entre outros, estimular e promover os Sectecs dos postos no exterior como "antenas" ou "roteadores de conhecimento" e ampliar os recursos materiais existentes, de acordo com o quadro de pessoal e as demandas internas e externas do Programa.

Por fim, a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial também está inadequada. A atuação do programa no desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional demanda a ampliação do número de diplomatas, especialistas, bolsistas e consultores internacionais no setor.

Divulgação do Brasil no Exterior

Resultados

O Programa é executado pelo Departamento Cultural e de Divulgação - DC do MRE, e incorpora as atividades que são desenvolvidas pelos Setores de Divulgação - Sedivs e pelos setores culturais implantados em cerca de quarenta postos no exterior, além de quatorze centros de estudos brasileiros, nove institutos culturais e uma extensa rede de leitorados, cátedras e escolas de língua portuguesa, que têm papel fundamental na divulgação da língua e da cultura brasileiras.

Ao longo dos últimos três anos, o contexto do Programa vem revelando uma significativa melhoria quanto à visibilidade da imagem do Brasil no exterior. Dentre os resultados destacam-se:

- maior visibilidade do Brasil no exterior como um todo - a intensa produção e distribuição de publicações (livros, panfletos, cartazes, brochuras, textos avulsos, mapas, entre outros), vídeos e multimídia (CD-ROM), assim como a divulgação do Brasil através de exposições, mostras, eventos culturais, recitais, seminários, palestras, cursos do idioma português, entre outras iniciativas culturais, têm assegurado uma visão contextualizada do País;
 - maior presença do País na imprensa internacional - a diplomacia presidencial e o programa de formadores de opinião, que visa intensificar contatos com jornalistas, acadêmicos, artistas, empresários, autoridades e políticos estrangeiros, com o objetivo de fornecer informações atualizadas e despertar interesse para o País, assim como a interlocução direta com os principais correspondentes e meios de comunicação estrangeiros representados no País, têm sinalizado o crescente aumento da veiculação de matérias sobre o Brasil;
 - maior visibilidade e conscientização da população brasileira sobre a atuação do Ministério das Relações Exteriores, principalmente sobre os postos no exterior. Para isso, muito contribuiu a organização do site institucional do MRE e de vários postos no exterior, com a inserção de publicações sobre o Itamaraty e a diplomacia brasileira, entre outros temas;
 - nos cursos de língua portuguesa, ministrados pelos centros de estudos brasileiros, institutos de ensino e leitorados, foram formados, no período de 2000 a 2002, aproximadamente 48 mil alunos;
 - o **Programa de Visita de Formadores de Opinião** promoveu nos três últimos anos 27 visitas temáticas ao Brasil, da qual participaram 110 importantes formadores de opinião;
 - o monitoramento diário de sessenta jornais mais importantes do mundo dos quais são coletadas de oitenta a 120 matérias para a confecção de *clipping* internacional;
 - o banco de dados contendo o cadastro de mais de 500 meios de comunicação de cem países diferentes, 396 correspondentes estrangeiros e diversos *mailing lists*; e
- centenas de eventos culturais e de divulgação em diversos países, tanto com recursos do MRE quanto de parcerias com outros órgãos da esfera federal (Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Meio Ambiente, dentre outros) e do setor privado.

Gerente:

Luiz Fernando de Freitas Ligiéro

Buscou-se atuar de forma eficiente e imediata, seja na vertente pró-ativa (divulgação de aspectos positivos do Brasil), seja na vertente reativa (resposta a eventuais repercussões ou comentários negativos sobre fatos marcantes ou aspectos estruturais/conjunturais do País).

Estes resultados permitem afirmar que as diversas ações promovidas têm contribuído para consolidar a posição do Brasil como formador de opinião no cenário internacional, como destino turístico preferencial e como captador de investimentos múltiplos.

Ainda que os resultados das atividades de divulgação não sejam facilmente mensuráveis e considerando as limitações orçamentárias e os frequentes contingenciamentos, pôde-se desempenhar a contento as tarefas previstas em seus objetivos institucionais. Os setores culturais e de divulgação dos vários postos, bem como de toda rede de ensino credenciada, consolidaram de forma eficiente suas rotinas operacionais no âmbito do Programa.

Grande parte do público-alvo é composta por importantes formadores de opinião em diversas áreas, o que multiplica a importância e a repercussão dos eventos na mídia internacional. A série histórica dos resultados atingidos até 2002 indica uma tendência de crescimento do monitoramento do Brasil pela mídia internacional, tendo em vista os seguintes fatores: a atuação direta dos respectivos correspondentes no Brasil; a repercussão derivada da publicação de matérias sobre o Brasil nos importantes meios jornalísticos internacionais em seus respectivos países de origem; a permanente atuação da Diplomacia Presidencial e a ocorrência de incidentes conjunturais que, de uma forma ou de outra, colocam o País em evidência.

Por outro lado, a extensa agenda de iniciativas culturais realizada em 2002, assim como o crescente número de estudantes interessados nos cursos de idioma e literatura brasileira e das consultas recebidas de universidades estrangeiras interessadas na abertura de novos Leitorados, permitem inferir que o atingimento dos índices previstos para o ano de 2003 é absolutamente viável.

Cabe ressaltar que, caso permaneça a limitada capacidade das atuais instalações dos centros de estudos brasileiros e do número de leitorados operando, haverá, a partir de 2004, uma tendência de estabilização no número de alunos formados. A capacidade de ampliação destes resultados está intrinsecamente associada ao volume dos recursos disponibilizados para ampliação/reestruturação dos atuais centros de estudos brasileiros e institutos de ensino e da formação de parcerias para a criação de novos leitorados.

Registre-se uma enorme demanda reprimida de interessados pelos cursos de língua portuguesa no exterior, assim como de universidades e institutos culturais estrangeiros na formação de parcerias para a criação de novos leitorados.

A ação Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros, atingiu em 2000 o patamar de 43 entidades beneficiadas e chegou em 2002 ao patamar de 75 entidades, superando a meta prevista no início do PPA. A partir de junho de 2002, já contemplando sua nova denominação e indicador para 2003, a ação computou a formação de 19 mil alunos nos cursos de ensino da língua portuguesa.

A ação Veiculação de Matérias sobre o Brasil tem como indicador cumulativo a quantidade de matérias sobre o Brasil publicadas na imprensa estrangeira no ano em referência. Conforme as informações monitoradas pela Assessoria de Comunicação Social e os dados fornecidos pelos postos no exterior, no ano de 2000 foram contabilizadas 12 mil inserções; em 2001 este número superou 16 mil inserções; e em 2002 foi de aproximadamente 18 mil inserções.

A partir de 2003, pretende-se que todas as iniciativas de divulgação do Brasil no exterior, tais como edição, publicação e distribuição de livros, vídeos, CDs, mapas, brochuras, revistas, folders, cartazes, *hits* nas *homepages* do MRE e dos Postos no exterior, entre outras formas de divulgação, possam ser agregadas ao resultado da ação de Veiculação de Matérias sobre o Brasil no Exterior, passando a representar de forma mais efetiva o número de ações de divulgação realizadas ou monitoradas pelo Departamento Cultural e de Divulgação e pelos postos no exterior.

O impacto positivo ou negativo sobre o público-alvo do Programa é de difícil mensuração, dada a abrangência e variedade deste público. Entretanto, é possível afirmar, com base em diversos sinalizadores, que o impacto alcançado é largamente positivo, no sentido de que vêm sendo geradas novas demandas de informações sobre o Brasil por parte deste público.

Assim, publicações desenvolvidas com objetivos de divulgação vêm sendo requisitadas de forma crescente, o excelente retorno em artigos e reportagens preparados por formadores de opinião convidados no âmbito do Programa de Visita de Formadores de Opinião do Brasil é um bom indicador do continuado sucesso do Programa. Esse tipo de contribuição, espontânea e bem informada, contribui sobremaneira para a divulgação da realidade brasileira, pois traz consigo uma credibilidade impossível de ser igualada por qualquer iniciativa de caráter oficial do Governo. Estabelece-se, ainda, um laço duradouro entre a personalidade convidada e o Brasil, cujas repercussões positivas estendem-se por períodos muitos superiores ao do exercício no qual os recursos foram despendidos.

Eventualmente, alguns incidentes isolados e de natureza conjuntural provocam abordagens negativas por parte da imprensa em geral. Entretanto, atento à repercussão que tais incidentes possam promover, várias informações e esclarecimentos são permanentemente disponibilizados para os correspondentes estrangeiros e jornalistas interessados, com vistas a minimizar os efeitos que aqueles incidentes possam causar à imagem do País.

Para 2003, estão previstos esforços nas seguintes vertentes:

- reestruturação e capacitação do DC, no âmbito de suas novas competências, e das missões diplomáticas e consulares brasileiras para a divulgação do Brasil no exterior;
- manutenção e evolução dos atuais resultados cujas atividades e iniciativas estão a cargo dos Sedivs e pelos setores culturais implantados nos quarenta postos, quatorze centros de estudos brasileiros, nove institutos culturais e na rede de leitorados, cátedras e escolas de língua portuguesa;
- o desenvolvimento e implementação de uma nova ferramenta de gestão no âmbito do DC que permitirá uma maior efetividade e monitoramento das diversas iniciativas de divulgação promovidas. O novo sistema denominado Sistema de Gestão da Rede Cultural do MRE - DCNET oferecerá algumas facilidades aos usuários, tais como: inserção remota de dados, acompanhamento das ações, compartilhamento na gestão dos processos, visibilidade sistêmica das iniciativas de divulgação do DC e dos diversos postos no exterior, central de eventos, entre uma grande variedade de relatórios e informações.

Concepção

A construção da imagem de um país e de seu povo é um produto intangível, pois está associado à percepção de cada audiência. Esse processo pode ocorrer de maneira espontânea ou trabalhada profissionalmente. No caso do Brasil, essa imagem vinha sendo construída de forma espontânea, sem a atuação pró-ativa do Governo. No início da década de 1990, vários incidentes conjunturais afetaram a imagem do País. Não havia uma preocupação institucional em rebater ou explicar este ou aquele incidente com vistas a minimizar os efeitos provocados na imagem do Brasil.

A partir de 1995, iniciou-se um esforço estruturado na divulgação de informações sobre o País, com vistas a oferecer um cenário mais favorável e catalizar simpatizantes pelo Brasil no exterior. Esse trabalho de divulgação no exterior surgiu da necessidade de difundir a realidade brasileira, sem escamotear seus aspectos negativos, mas identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo Governo brasileiro em resolver as questões pendentes.

A situação atual evidencia um permanente monitoramento da realidade brasileira e de seus reflexos no cenário internacional, associado à intensa distribuição e à divulgação de materiais informativos sobre o Brasil em todas as formas de disseminação e veiculação.

Quanto ao desenho do Programa, as ações previstas para o período são consideradas pertinentes e compatíveis. Vale ressaltar que o Programa foi aperfeiçoado no momento da revisão anual de 2001, quando o nome da ação Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros foi mudada para Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior, justificando-se, sobretudo, pelo fato de as atividades desenvolvidas sob essa ação não se reduzirem a simples transferência de recursos, como parecia sugerir o antigo título.

Bem ao contrário, compete a ela coordenar as atividades da Rede de Ensino no exterior, constituída dos centros de estudos brasileiros, institutos culturais bilaterais, leitorados brasileiros no exterior, Casas do Brasil, cátedras e instituições afins subsidiadas ou supervisionadas pelo Brasil no exterior. Figuram ainda entre as várias atribuições desenvolvidas no âmbito da referida ação, elaborar juntamente com a Capes-MEC, embaixadas brasileiras e universidades estrangeiras, o processo seletivo para a contratação de diretores, professores e leitores, elaborar e fiscalizar a gestão dos convênios de subvenção social, celebrados entre as embaixadas brasileiras e os institutos culturais, e apoiar as atividades e os projetos desenvolvidos pela rede de ensino no exterior.

O indicador de resultado do Programa, referente ao período de 2000 a julho de 2002, era de natureza não cumulativa e evidenciava apenas a porcentagem dos setores de divulgação e setores culturais dos postos no exterior que estavam participando do Programa, sem levar em consideração o que era efetivamente realizado por cada um dos participantes. Assim, registrava-se uma defasagem quantitativa e qualitativa na mensuração final dos resultados do Programa, tendo em vista que não havia um módulo específico para avaliá-lo como um todo.

É importante entender que o antigo indicador do Programa previa inicialmente a incorporação de 44% da rede de postos no exterior como participantes das ações de divulgação. A meta do Programa de **Divulgação do Brasil no Exterior** foi atingida já no ano de 2000. Portanto, dizer que apenas 44% das embaixadas e consulados participavam dos resultados do Programa era um dado que não condizia com a sua realidade e pretensões, pois o referido indicador não era resultado e sim insumo.

A necessidade de aprimoramento do indicador de resultados vinha sendo abordada em todos os relatórios desde 1999. Como fruto desta reivindicação, a partir de julho de 2002, foram criados dois novos indicadores: o Índice de imagem positiva do País no exterior, em substituição ao Taxa das Embaixadas e Consulados no exterior envolvidos na Divulgação do Brasil e o Número absoluto de alunos formados nos cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira para mensurar os resultados da ação Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros, que em 2003 passou a se chamar Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior.

Os novos indicadores se afiguram mais adequados à atual realidade do Programa e sua variação reflete de forma efetiva todas as iniciativas de divulgação realizadas pelo DC e pela rede de postos no exterior.

Muito embora as ações Edição e Distribuição de Publicações e a Realização de Eventos de Divulgação tenham sido suprimidas do atual contexto do Programa, várias iniciativas de divulgação vêm sendo realizadas com a participação do setor privado, entre elas:

- edição, produção e distribuição de publicações em geral, CD-ROMs e vídeos, *download* e consultas a documentos e matérias nos *sites* do DC e postos no exterior; e
- eventos diversos (exposições, mostras, seminários, palestras, *workshops*, programas de rádio e TV, visitas de formadores de opinião ao Brasil, entre outras modalidades de divulgação).

Tais iniciativas poderão ter seus resultados agregados aos resultados da ação Veiculação de Matérias sobre o Brasil, a partir de 2003.

Quanto ao público-alvo do Programa, estima-se que dos sessenta principais jornais internacionais monitorados diariamente no exterior, sem levar em conta suas versões televisivas (BBC, CNN, entre outras), cerca de 600 milhões de pessoas no exterior recebem diariamente algum tipo de informação sobre o Brasil.

A participação do público-alvo vem sendo obtida através do estabelecimento de instrumentos de avaliação de opinião de determinados produtos desenvolvidos e distribuídos pela rede de postos no exterior. Algumas outras iniciativas estão disponíveis nos vários *sites* do MRE e dos postos no exterior a fim de oferecer ao público em geral informações atualizadas sobre os vários temas internacionais, inclusive no esclarecimento de dúvidas e pedidos de informações via internet.

A matriz de fontes de financiamento é efetivamente orçamentária ou oriunda de destaques de outros órgãos de governo. Por outro lado, a permanente prospecção de parceiras no setor privado vem viabilizando a realização de vários eventos de divulgação, os quais se agregam aos resultados do Programa.

Implementação

Até julho de 2002, ainda sob a coordenação da Assessoria de Comunicação Social, o Programa tinha uma organização operacional bem definida e estruturada. Porém, a partir daquela data, houve uma mudança de competência e uma redistribuição de tarefas no âmbito do MRE, passando o Programa para o Departamento Cultural e de Divulgação - DC, que está sendo reestruturado de forma a alocar de maneira coerente as atribuições das várias divisões no âmbito do Programa.

Conforme registrado quando da elaboração das propostas orçamentárias para os exercícios anteriores, os recursos destinados às ações do Programa, apesar

de um pequeno aumento para o exercício de 2002, sofreram sucessivos cortes no passado. Além disso, no caso da ação Veiculação de Matérias sobre o Brasil, dada a escassez de recursos, não foi possível traçar um programa geral de divulgação cultural no exterior e, mesmo os poucos projetos apresentados topicamente por promotores culturais e pelos postos no exterior tiveram de ser interrompidos por falta de verbas, assim como vários projetos relacionados à imagem do Brasil no exterior.

No contexto dos recursos financeiros liberados é importante ressaltar que aproximadamente 90% das atividades do Programa são realizadas no exterior. Essa situação gera inúmeros problemas de natureza orçamentária, pois a moeda financeira e operacional é o dólar norte-americano, o qual está à mercê da conjuntura do mercado e que, por vezes, tem comprometido o valor efetivo dos empenhos liberados em relação à proposta orçamentária (em reais) para o ano em curso. Essa defasagem de valores é provocada pelo intervalo existente entre a propositura do orçamento e a sua efetiva liberação. Para exemplificar: o orçamento foi construído a partir de iniciativas e propostas que tem custos fixos pagos em dólares e convertidos ao câmbio do dia da proposta do orçamento. Conforme pode ser observado no SicoF os recursos financeiros liberados em 2002 foram 30% maiores que o valor orçamentário, exclusivamente em função da desvalorização do real frente ao dólar. À luz do que precede, o orçamento do Programa de **Divulgação do Brasil no Exterior** tem recebido sucessivos cortes o que vem inviabilizando várias iniciativas de divulgação.

A situação é ainda mais grave para o sistema de ensino no que se refere à manutenção da rede de ensino dos centros de estudos brasileiros, institutos culturais, leitorados, cátedras, Casas do Brasil e escolas de português. Tais instituições, cujas despesas são fixas (tais como pagamento de professores e leitores) e repassadas ao exterior em dólar, tiveram que enfrentar uma dramática redução de recursos à luz da acelerada desvalorização do real face ao dólar norte-americano.

Nesse contexto, houve necessidade de uma avaliação estrutural para estabelecer a capacidade de multiplicação de informações pelos postos, associadas a uma definição das prioridades de cada país em nível de relevância política, econômica e social para o Brasil, para maximizar os recursos disponíveis.

O estabelecimento de uma pauta temática prioritária e de interesse da comunidade internacional, segundo as demandas de vários interlocutores estrangeiros, e o desempenho da Diplomacia Presidencial viabilizaram, aceleraram e valorizaram a inserção do Brasil no cenário internacional em todas as formas de divulgação.

À luz deste cenário, o DC buscou, ainda, reduzir o impacto dos cortes mediante a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública (Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Meio Ambiente, dentre outros), além de novo redimensionamento das atividades desenvolvidas nos institutos culturais e nos centros de estudos brasileiros. Adicionalmente, a formatação de parcerias com diversas entidades privadas viabilizou a produção de uma variada linha de produtos e iniciativas.

As necessidades impostas pelo trabalho de divulgação do Brasil no exterior e o amplo escopo da tarefa institucional do Departamento Cultural e de Divulgação demandam a constante introdução de novas rotinas e projetos adicionais que permitam novas frentes de atuação, tais como: a criação de novos leitorados em países considerados estratégicos para a disseminação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior; a elaboração e implementação de novos projetos culturais e de divulgação; a reestruturação dos postos, tanto estrutural como de material e equipamentos considerados imprescindíveis ao desenvolvimento daquelas ações entre outras iniciativas.

O Programa **Divulgação do Brasil no Exterior** deve ser entendido como um compromisso governamental em informar a comunidade internacional sobre a realidade política, social, econômica e cultural do Brasil. Dessa forma há um considerável número de programas que poderiam interagir com ele, de forma a maximizar a publicização das iniciativas e realizações do Governo brasileiro como um todo. Essa visão sistêmica pode se constituir em grande instrumento do *marketing* governamental.

Neste sentido, o Programa vem desenvolvendo mecanismos que viabilizem uma maior interlocução com outros programas. Tal iniciativa visa ampliar o espectro das informações e iniciativas do Governo, com o objetivo de minimizar seus problemas de natureza estrutural e conjuntural, assim como de seus reflexos negativos no cenário internacional.

Este maior engajamento e também a participação de outros ministérios e órgãos da administração direta e indireta na divulgação de suas iniciativas ou repasse de recursos, assim como o permanente monitoramento de atividades que possam ser incorporadas ao escopo do Programa, vêm ampliando o rol dos produtos e iniciativas de divulgação.

Como foi dito, no momento atual o DC está sendo reestruturado para executar, de forma efetiva, as atribuições e competências previstas no Programa. Nessas condições, ainda não foi possível o estabelecimento de uma sistemática de articulação e engajamento institucional que permita a incorporação das várias iniciativas de divulgação existentes com os outros programas do MRE ou de outros órgãos da administração.

A natureza do Programa permite uma participação relativa da sociedade, pois tratam-se de ações destinadas à divulgação do País em seus vários aspectos. Entretanto, em algumas iniciativas, tal participação pode ser avaliada através da crescente demanda das publicações sobre o Brasil, pelo número de alunos formados nos cursos de Língua Portuguesa e pelas audiências de público em mostras de cinema, exposições, recitais, concertos, entre outros tipos de eventos culturais que tenham como tema o Brasil e a sociedade brasileira.

Por outro lado, a constante procura por informações, acessos aos sites institucionais do MRE e postos no exterior, assim como a demanda por cursos de língua portuguesa e o interesse de universidades e institutos culturais no exterior, permitem aferir a satisfação do público-alvo com os produtos e iniciativas produzidos e distribuídos.

Há necessidade de se equipar os setores de divulgação, os setores culturais e os centros de estudos brasileiros com equipamentos de informática, audiovisual, mobiliário para salas de aula e auditórios, aquisição de publicações, entre outros.

Quanto à infra-estrutura, as atuais dependências dos centros de estudos brasileiros já atingiram sua capacidade máxima. Há uma significativa demanda por cursos de língua portuguesa e cultura brasileira que não podem ser atendidos em função de limitações físicas das instalações. Há várias propostas de remanejamento ou mudança de local das instalações, a fim de ampliar a sua capacidade operacional. Nas mesmas condições encontram-se os setores culturais e os setores de divulgação de vários postos.

Ensino Profissional Diplomático

Resultados

O Programa é executado pelo Instituto Rio Branco - IRBr, e tem por objetivo precípua a formação e treinamento de pessoal diplomático para o MRE.

No período 2000-2002, os objetivos e metas vêm sendo alcançados com bom êxito, a despeito de restrições orçamentárias e de recursos humanos. Racionalização das tarefas, maximização do uso dos recursos humanos disponíveis e adequação das atividades programadas ao fluxo de efetiva liberação dos recursos disponíveis têm sido algumas das razões que vêm permitindo ao IRBr razoável êxito na execução de suas propostas de trabalho. Assim, estima-se que o resultado alcançado seja da ordem de 95%, no que diz respeito ao efetivo cumprimento de metas.

O processo de seleção permitiu nível de aproveitamento de 100% em 2000 e 2001 e de 90% em 2002. Os percentuais dizem respeito ao efetivo preenchimento do número de vagas disponíveis no concurso de admissão (trinta vagas em cada um dos três anos, sendo que, em 2002, apenas 27 candidatas lograram ser admitidos ao final do processo de seleção). Pode-se dizer que este resultado reflete sobretudo o necessário rigor do processo de seleção, antes um aperfeiçoamento do Programa do que falha do mesmo.

Já o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Profa-) alcançou 100% de suas metas nos três anos avaliados. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas também registrou 100% de rendimento, referente ao número total de participantes aprovados, enquanto o Curso de Altos Estudos (que consiste em elaboração e defesa oral de tese) alcançou noventa por cento de seus objetivos pelo mesmo critério referencial.

No que diz respeito a treinamento de servidores em matérias específicas, cabe assinalar a organização e realização do Seminário de Negociações Comerciais, com a colaboração do Departamento Econômico. Com duração de um mês, em horário integral, entre abril e maio de 2001, o seminário visou a reforçar a capacidade dos diplomatas integrantes da turma que concluía o Profa-I para lidar com a crescente complexidade da agenda econômico-comercial nos âmbitos regional, intra-regional e mundial. Toda a turma realizou, depois do curso, estágio profissionalizante junto às Delegações do Brasil em Genebra (nove semanas) e em Bruxelas (dois semanas).

No que se refere às atividades de extensão, voltadas tanto para os integrantes do Serviço Exterior como para o público externo, com interesse na área de política exterior (imprensa e comunidade acadêmica, entre outros) destacam-se as seguintes iniciativas:

- instituição do Fórum Rio Branco e realização de seminários em seu âmbito. Em coordenação com a Assessoria de Comunicação Social (ACS/MRE) e o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, o IRBr instituiu o fórum, com vistas a manter informada a sociedade civil sobre os mais relevantes temas nacionais e a condução da política externa brasileira, aprofundando os canais de comunicação disponíveis, por meio de encontros e debates amplos; e
- a criação do Programa de Ação Afirmativa, lançado em cerimônia no Palácio do Planalto pelo ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no dia 21 de março de 2002, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, e

Gerente:

João Almino de Souza Filho

a assinatura, em 14 de maio, do Termo de Ajuste ao Protocolo firmado para aquele Programa, que o pôs em operação, em cerimônia realizada no IRBr na presença do ex-ministro Celso Lafer, correspondem a mais um passo no sentido da democratização do acesso à carreira de diplomata.

Trata-se de uma parceria entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Cultura e da Ciência e Tecnologia através, respectivamente, do IRBr, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, da Fundação Palmares e do CNPq, que consiste na concessão de vinte "bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia" a candidatos afro-descendentes, selecionados em concurso nacional para o qual concorreram, neste ano, 403 candidatos. Esses recebem uma bolsa de R\$ 1mil por mês durante dez meses, como forma de auxílio para que se preparem para o concurso do Instituto Rio Branco. O Programa de Ação Afirmativa é adotado com equidade de gênero, havendo, no corrente ano, sido selecionadas quatorze mulheres do total de vinte bolsistas.

Ainda como parte do Programa de Ação Afirmativa, iniciou-se, no dia 15 de outubro, na sede do Instituto, curso de língua inglesa para indígenas. O curso, com a participação de oito alunos indígenas indicados pela Fundação Nacional do Índio - Funai, dentre os quais constam advogados, sociólogos, antropólogos e pedagogos, tem o objetivo de prepará-los para participar mais ativamente do tratamento de questões relacionadas com os direitos indígenas nos sistemas da Organização das Nações Unidas - ONU, Organização dos Estados Americanos - OEA e Organização Internacional do Trabalho - OIT.

O Mestrado em Diplomacia, uma aspiração antiga do Instituto Rio Branco, foi reconhecido pela Capes em fins de junho de 2002. Implicou pequenos ajustes ao **Profa-I**, entre os quais a necessidade de que os alunos passem a defender dissertação de final de curso perante uma banca examinadora. Embora, no médio prazo, o referido mestrado possa ter duas vertentes, uma profissional e outra acadêmica, inicia exclusivamente com sua dimensão profissionalizante.

Desde 2002, a inscrição para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata pode ser feita pela internet, o que facilitou a inscrição de candidatos não-residentes nas capitais, onde o concurso é realizado.

O IRBr tem mantido uma cooperação estreita com a UnB, através de sua reitoria, bem como de alguns de seus departamentos, com destaque para o Departamento de Relações Internacionais. Está atualmente em entendimentos para a assinatura de Convênio de Cooperação Universitária com aquela entidade de ensino. Tem, além disso, mantido contatos estreitos com a USP e a PUC do Rio de Janeiro, instituições das quais tem recebido conferencistas e para as quais vem indicando participantes em colóquios e seminários. Tem também oferecido curso sobre temas internacionais na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP.

O reconhecimento pela Capes do nível de Mestrado em Diplomacia, atribuído ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Profa-I foi um considerável estímulo à perseguição de objetivos cada vez mais elevados. Esse reconhecimento passou a exigir considerável esforço de adaptação do funcionamento do IRBr à nova e desafiante realidade, já que o constante crescimento das tarefas realizadas demandará uma evolução do desempenho da instituição.

Esta valorização alcançada do curso de formação de diplomatas deixa antever boas possibilidades de se alcançar os índices de execução propostos. Deste modo, não se tem, no momento, perspectiva de que os resultados a serem atingidos em 2003 venham a ser inferiores aos alcançados em 2002.

Concepção

As necessidades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal diplomático são comuns a todos os países. A necessária projeção internacional do Brasil justifica desde há muito a existência e o bom funcionamento do IRBr, criado em 1945 e que desde então, mediante concursos anuais, vem se responsabilizando pela formação e renovação dos quadros da Carreira Diplomática do Serviço Exterior Brasileiro. Mais que isso, constata-se da parte do MRE e da própria sociedade civil brasileira, a demanda por constante aperfeiçoamento de seus integrantes, de modo a adaptá-los aos desafios da atualidade na arena internacional.

O público-alvo do Programa consiste em até trinta diplomatas brasileiros/ano e aproximadamente vinte representantes de outros ministérios e órgãos de governo/ano.

Como esforço mais recente no sentido de aprimorar a formação e atualização dos Diplomatas brasileiros, foram introduzidos, em 2001, os Cursos de Treinamento em Negociações Comerciais, agora também abertos a representantes de outros órgãos de governo. No caso, visa-se atender à necessidade de treinamento de pessoal diplomático capaz de atuar em negociações comerciais internacionais nas quais o Brasil vem se envolvendo de forma crescente, seja no que diz respeito ao Mercosul, às negociações com a União Européia e a Área de Livre Comércio das Américas ou às demandas constantes no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

A iniciativa vem sendo coroada de êxito, pois constitui resposta a desafio específico e atende aos anseios dos setores produtivos brasileiros que não prescindem do apoio governamental em suas pretensões, que também são objetivos de governo, de expandir de modo constante as fronteiras comerciais para os produtos e serviços brasileiros.

Implementação

A imprevisibilidade quanto ao efetivo recebimento de recursos orçamentários (em volume previsto e no devido tempo) naturalmente restringe a capacidade de ação do IRBr. Ao longo do período, tem-se realizado considerável esforço de adequação a essa conjuntura, através da maximização de recursos orçamentários e a realocação de recursos humanos, a fim de não se deixar de cumprir as atividades planejadas a cada ano.

Cumprir observar que o montante de recursos autorizados pela LOA 2002 não foram suficientes para a realização satisfatória de algumas atividades do Instituto Rio Branco, como a manutenção das Cátedras Rio Branco, existentes em importantes universidades dos Estados Unidos, da Europa e da América do Sul.

Já a liberação dos recursos financeiros autorizados ocorreu dentro do previsto e permitiu a execução do Programa conforme o planejado. Nos períodos de maior concentração de despesas - como nas fases finais do concurso de admissão, entre maio e julho - foram alocados recursos suficientes para fazer frente a todos os compromissos.

Quanto à infra-estrutura física, o IRBr dispõe de instalações e equipamentos adequados à realização das atividades de formação e aperfeiçoamento de diplomatas.

Os recursos humanos disponíveis para o Instituto Rio Branco estão longe de ser os ideais. E essa situação tende a agravar-se com o pleno funcionamento do Mestrado em Diplomacia.

No plano operacional, a perda de diversos funcionários em exercícios anteriores foi parcialmente compensada pela incorporação à equipe de funcionários de três oficiais de chancelaria recentemente admitidos em concurso público. Em 2002, contudo, o quadro funcional do IRBr deixou de contar, ainda, com uma oficial de chancelaria, removida para o exterior, e com um assistente de chancelaria, falecido. A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial do Programa também é inadequada.

Por outro lado, verificou-se, no período, empenho da equipe gerencial para atender cursos e seminários para treinamento em gerenciamento, planejamento e gestão de recursos orçamentários, realizados na ENAP, ESAF e no próprio IRBr, cujos resultados têm sido a maior agilidade profissional e o maior esclarecimento sobre as diferentes tarefas a serem executadas, minimizando erros e maximizando a jornada de trabalho.

Ao longo dos anos, distintas parcerias têm sido desenvolvidas pelo IRBr, de modo a intercambiar informações e divulgar sua atuação já bastante reconhecida na arena internacional. Essas parcerias têm sido mutuamente úteis, no Brasil e no exterior. Verifica-se, cada vez mais, o interesse de distintos setores, no Brasil e fora dele, em associar-se ao IRBr em iniciativas de visibilidade e resultados. Verifica-se busca constante da intensificação e ampliação dessas parcerias. Os bons resultados que vêm sendo alcançados não deixam margem para a identificação de problemas de relevância dignos de nota.

Importante registrar o constante esforço de expansão de parcerias com o setor privado e as instituições nacionais e estrangeiras de educação, formação e treinamento, que possam, com seu conhecimento, transmitir experiências que auxiliem o constante aprimoramento do Instituto Rio Branco e o fortalecimento do caráter de instituição de excelência que permeia suas atividades. Registrem-se o fortalecimento do intercâmbio com o Instituto de Estudos Políticos de Paris (*Sciences Po*), com a *École Nationale de Administration*, também da França, com o *Wilton Park*, a *Chatham House* e a Universidade de *Oxford* (Reino Unido), com a *Kennedy School of Government* da Universidade de *Harvard* e a *Fletcher School of Law and Diplomacy* da *Tufts University* (Estados Unidos), com academias diplomáticas do México, Cuba, Uruguai e Argentina, com o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, e, no Brasil, o desenvolvimento de ações com a Capes e o Ministério da Justiça (colaboração intensa em iniciativas e seminários com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e criação do Programa de Ação Afirmativa).

Várias das atividades e dos cursos realizados no IRBr são objetos de avaliação escrita junto aos participantes. As aulas proferidas nas várias cadeiras do curso regular serão objeto de avaliação mais rigorosa, a partir de 2003. A constância com que essas avaliações vêm sendo feitas tem permitido não apenas mensurar o alcance e o aproveitamento dos cursos ministrados, mas também proporcionar, com o concurso de alunos e professores, seu constante aperfeiçoamento, a manutenção de sua atualidade e da capacidade de motivar os participantes.

Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Resultados

O Programa é gerenciado pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - COF e visa a assegurar a participação do Governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e/ou tecnológica, mediante o pagamento de contribuição conforme comprometimento assumido nos respectivos atos de afiliação. É multissetorial, composto de 147 ações, sendo que cinco delas são executadas no MRE e as demais envolvem a participação da Presidência da República e de dezenove Ministérios.

Infelizmente, os montantes orçamentários e financeiros atribuídos ao Programa têm sido, ao longo dos últimos anos, inferiores aos valores anuais devidos pelo Brasil ao respectivo organismo. Como resultado, geram-se, assim, vultosos débitos, principalmente naqueles ministérios com altos valores de contribuição: Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ministério das Relações Exteriores, que constituem passivos de dívida significativos.

Além do fato de as dotações serem inferiores aos valores devidos, deve-se considerar, ainda, como fator de desequilíbrio e de geração de dívidas, as desvalorizações do real frente ao dólar norte-americano e outras moedas fortes, utilizadas na maioria dos pagamentos a organismos internacionais. No caso específico do MRE, suas cinco ações abrangem um universo de compromissos com a Organização das Nações Unidas e diferentes agências especializadas, além do Mercosul, e mais de cinco dezenas de menores contribuições a programas, fundos e organizações internacionais. Algumas ações são pagas conjuntamente por mais de um ministério, como é o caso da Organização dos Estados Americanos - OEA e da União Latina.

Não resta dúvida de que o resultado imediato do Programa é o pagamento das contribuições a organismos internacionais. Sob esse prisma, o Programa não vem cumprindo a contento os seus objetivos.

A despesa global em dólares referente ao exercício de 2002, por exemplo, foi saldada em menos de 20% do total. Ocorreu insuficiência de recursos provocada pela instabilidade cambial e não-liberação do orçamento e créditos adicionais em tempo hábil para fazer frente às obrigações regulares. A demanda significativa no período de recursos referentes para o pagamento de despesas de exercícios anteriores também contribuiu para este baixo índice.

Pode-se concluir que o valor das dotações orçamentárias se revela, em geral, inferior ao necessário, não só para saldar o fluxo anual das contribuições, como também para reduzir o estoque da dívida acumulada, que nos valores atuais aproximados está em torno US\$ 208 milhões.

Este montante está distribuído entre boa parte dos ministérios, é recente e as relações débito/orçamento e débito/contribuição são muito baixas, sendo portanto uma dívida administrável. Uma exceção dentre esses órgãos é o próprio MRE, que sozinho responde por mais de 2/3 da dívida e possui débitos crônicos, atrasados de longa data.

Foram realizadas duas pesquisas anuais, no biênio 2001-2002, com resultados amplamente satisfatórios, envolvendo todos os órgãos integrantes do Programa, onde se procurou avaliar aspectos técnicos, orçamentários/financeiros, políticos, econômicos e sociais, além da relevância em se manter associado aos diversos organismos.

Gerente:

Ministro Denis Fontes de Souza Pinto

Concepção O estabelecimento, pela primeira vez, de um banco de dados consolidando informações sobre as diferentes ações, sem dúvida, significou avanço para uma visão mais abrangente das contribuições devidas pelo Brasil a organismos internacionais.

Quanto ao financiamento, a maior dificuldade encontra-se nos créditos orçamentários insuficientes para os pagamentos das obrigações assumidas.

Cabe mencionar que, mesmo no caso em que se decida pela saída de um organismo internacional, o País deve quitar a dívida acumulada. Houve uma sugestão nesse sentido, feita pelo MRE aos demais ministérios participantes do Programa em uma reunião conjunta em meados de 2001. No entanto, poucos recorreram a esta opção até a presente data. Segundo pesquisa realizada recentemente, praticamente todos consideram relevante a participação nos organismos atuais.

Tendo em vista a inexistência de mecanismos de cobrança, a gerência nem sempre consegue se munir de todas as informações necessárias para manter o banco de dados interno atualizado. Os ministérios, em geral, não colaboram espontaneamente.

Implementação O período da liberação de limites através dos sistemas SOF/Tesouro, cujo cronograma, na maioria das vezes, não é o apropriado para coincidir com o do pagamento das contribuições, vem gerando atrasos, contratempos e um nível sempre crescente de inscrições em restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Cabe ainda destacar a dificuldade de administrar o enorme número de ações que compõem o Programa e a necessidade de manter atualizado um banco de dados interno, para que sejam consolidadas todas as informações sobre cada um dos organismos objeto das ações. A gerência do Programa logrou estabelecer o mencionado banco de dados, que é fundamental para o gerenciamento do Programa, mas para mantê-lo atualizado requer a participação dos órgãos responsáveis pelos pagamentos.

Tendo em vista não terem sido assegurados créditos nos orçamentos dos diferentes ministérios para cobrir o fluxo anual das contribuições devidas, principalmente em decorrência da desvalorização do real, da não-liberação financeira ou liberação fora do cronograma, gerou-se, no período 2001-2002, um aumento do passivo da dívida do Brasil junto aos diferentes organismos internacionais.

O Ministério das Relações Exteriores, que dispõe do maior número de ações (2/3 do valor total), foi particularmente penalizado, o que gerou dívida, no final do corrente ano, em torno de US\$ 130 milhões. No PLOA 2003 a situação continua inalterada. Muito provavelmente, os diferentes ministérios não poderão arcar com suas obrigações internacionais.

Quanto à programação e execução orçamentária/financeira os ministérios padecem dos mesmos problemas em relação ao MRE, porém em menor grau, pois:

- as contribuições e débitos, em relação aos orçamentos, são bem menos significativos e em geral mais recentes; e
- com exceção do MRE, apenas o Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério das Comunicações têm dívidas expressivas, concentradas no triênio 2000-2002, por motivos cambiais e de programação financeira.

Os débitos nesses ministérios estão circunscritos em mais de 95% do valor total em poucos organismos, sendo apenas uma no Ministério das Comunicações, duas no Ministério da Saúde e quatro no Ministério da Agricultura. Nestes dois últimos optou-se, com a anuência dos credores, em se diminuir o saldo pelo pagamento anual dos débitos mais antigos nos limites de seus prazos de tolerância, algo que ocorre em parte no MRE, com a intenção de no longo prazo se obter os recursos para colocar em dia as prestações.

Gestão da Política Externa

Resultados O Programa, do tipo Gestão de Políticas Públicas, é coordenado pela Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior - SGEX e tem como objetivo apoiar o planejamento, controle e avaliação dos programas da área de relações exteriores.

No que se refere à ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, executada pela Fundação Alexandre de Gusmão - Funag, entidade vinculada ao MRE, a variação positiva na avaliação dos resultados esteve acima do esperado em 2002. A análise dos eventos realizados (seminários ou pesquisas, livros publicados ou publicações distribuídas), mostra que em 2002, pela primeira vez, a Funag, graças a parcerias externas, pôde não só realizar o programa de trabalho aprovado no início do ano pelo seu Conselho de Administração Superior como ir além, promovendo vários outros eventos, todos eles relacionados com ao Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como ministro das Relações Exteriores.

Dentre os resultados a salientar no período 2000-2002, estão:

- a adoção, em 10 de outubro de 2001, pelo Decreto nº 3.963, de um novo estatuto da Funag, o qual criou o Centro de História e Documentação Diplomática - CHDD, sediado no Rio de Janeiro, onde antes era mantido apenas um escritório. Com isso, ficaram distintamente separadas as atividades que desenvolvem o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais - IPRI, que se ocupa do tempo recente ou corrente e do exame de perspectivas futuras, e o CHDD, que se ocupa do passado. O IPRI e o CHDD são os dois braços da Funag;
- distribuição regular de cinco periódicos de relações internacionais, em cooperação com os respectivos editores e lançamento de um periódico próprio, semestral: Cadernos do CHDD;
- financiamento de quatro pesquisas e encomenda de vários trabalhos escritos, incluídos posteriormente em livros;
- manutenção da exposição "De Tordesilhas ao Mercosul", exposta permanentemente no MRE - RJ; apresentação em cinco capitais brasileiras (Rio, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte) da exposição "O Barão do Rio Branco e a Caricatura"; apoio à exposição "O Barão do Rio Branco e seu Tempo", montada pela FAAP e exposta no MRE em Brasília; e montagem, em cooperação com o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e do Museu Histórico Nacional, da exposição "O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca", inaugurada no mencionado museu em 10 de dezembro de 2002;
- realização de seis seminários e apoio financeiro ou institucional a outros dez;
- recuperação de bens e documentos; e
- catalogação de acervos.

Gerente:

Marcelo Baumbach

A ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional encerrou-se em 31 de dezembro de 2002, com o final do projeto MRE/BID. No âmbito desta ação, executada pelo Instituto Rio Branco - IRBr, destacaram-se no período:

- a elaboração de dois programas de capacitação de recursos humanos para a área de Promoção Comercial - DPR e para a área de Tecnologia da Informação - DCD;
- a realização de quinze estudos e pesquisas para a área de integração econômica - SGIE;
- o redesenho do *site* da *BrazilTradeNet*; e
- a realização de um *workshop* e de dois seminários nos Estados Unidos sobre Investimentos no Brasil e Integração Econômica na América do Sul.

No âmbito da ação Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais, destacaram-se as seguintes atividades no período:

- coleta de subsídios com vistas à instalação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, organismo internacional a ser sediado em Brasília;
- realização do seminário internacional "O Futuro do Tratado de Cooperação Amazônica", em Manaus, de 14 a 16 de agosto de 2002; e
- publicação de livro com os resultados do referido seminário.

Os objetivos do convênio com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais - Cebri, em 2002, foram plenamente atingidos, na medida em que este se consolidou como um espaço de discussão e apoio à formulação da política externa. O Cebri pode, hoje, ser considerado uma referência nacional na promoção de encontros de alto nível, conferências e seminários internacionais. Linhas permanentes de pesquisa resultaram em estudos, boletins e relatórios para as instituições e empresas patrocinadoras.

Embora não tenham sido realizados, ao longo de 2002, estudos sistemáticos sobre o impacto do Programa em seu público-alvo, pode-se dizer que, no caso da ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, a melhor identificação do público-alvo, por intermédio da atualização da *mailing list*, bem como o aperfeiçoamento dos *sites* da Funag, do IPRI e do CHDD, na Internet, permitem esperar um impacto crescente das atividades da Funag sobre o público-alvo, seja pela cooperação com um número crescente de universidades seja por uma distribuição maior e mais diversificada das publicações da fundação.

A ação Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais teve o impacto esperado sobre o público-alvo, na medida em que realizou seu objetivo de propiciar o desenvolvimento continuado das atividades do Cebri.

.....

O Programa visa a propiciar maior aproximação entre o MRE e a sociedade. Procura-se lidar com possíveis causas de distanciamento, dentre as quais podem ser citadas a pouca disponibilidade de informações para a sociedade acerca das atribuições do ministério; a visão do MRE, por parte de setores da opinião pública, como uma instituição fechada e impermeável; e a pouca cobertura, pela imprensa brasileira, dos acontecimentos internacionais.

Concepção

O amadurecimento e a politização da sociedade brasileira que, conseqüentemente, cobra maior participação na formulação de políticas públicas, passou a demandar uma maior interação com o MRE.

Atualmente, o MRE tem consciência da necessidade de promover o seu acercamento à sociedade e de contribuir para a formação no País de uma

opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional. Assim, busca informar a sociedade sobre suas atividades e sobre os fatos internacionais e propiciar sua participação na formulação da política externa do Brasil.

Deve-se mencionar, neste contexto, a demanda pelo fortalecimento institucional do MRE na área econômica internacional, especialmente na área de integração econômica, dotando-o de instrumentos e mecanismos adequados à formulação das posições do Brasil nos foros internacionais, que gerou a ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional. O projeto de Modernização Tecnológica do MRE, financiado com recursos do orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Gestão, trouxe enorme contribuição para o desenvolvimento da ação.

O Programa é integralmente financiado com recursos orçamentários do Tesouro e de financiamento externo. Apesar das dificuldades de execução geradas pelo contingenciamento de recursos, não se identificam necessidades de modificações da matriz de fontes de financiamento. Mesmo assim, tem-se buscado vencer a barreira das limitações orçamentárias e, mediante parcerias em alguns casos, procurar obter o cumprimento das metas propostas.

Como resposta à demanda pelo fortalecimento das capacidades institucionais do IRBr, foi estabelecido convênio com o Cebri, consolidando um espaço de discussão e apoio à formulação da política externa, voltado notadamente para o estudo multidisciplinar das relações internacionais e a promoção de intercâmbio cultural e educacional nessa área.

Ao envolver funções de coordenação de unidades distintas do MRE, o Programa requer constante aperfeiçoamento da articulação entre estas unidades. Esta se torna, portanto, a principal virtude e, ao mesmo tempo, a principal dificuldade do Programa. A virtude provém do fato de que está dentro da sua missão a coordenação e apoio à ação dos gerentes dos demais programas do ministério. A dificuldade provém, em parte, da própria característica matricial do PPA, paralela às estruturas hierárquicas do MRE.

Com relação à estratégia de implementação, o papel de coordenação, exercido pela gerência do Programa, foi implementado por meio de um estreitamento do contato com os gerentes e assessores dos demais programas do ministério. A prática de reuniões periódicas e o estabelecimento de contatos mais ágeis, sobretudo com o uso do *e-mail*, contribuíram para que se pudesse alcançar os resultados obtidos.

Implementação

No âmbito específico da ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional, no período de 2000-2002, o Projeto MRE/BID financiou a elaboração de dois programas de capacitação de recursos humanos para duas áreas estratégicas do MRE: Promoção Comercial e Tecnologia da Informação.

A participação do MRE no Programa de Reforma do Estado, conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, também com recursos do BID, foi fundamental para a complementação das ações iniciadas pelo Projeto MRE/BID na área de tecnologia da informação.

O padrão de financiamento foi adequado por se tratar de acordo de empréstimo com o BID. Como o projeto se encerrou em dezembro de 2002, não houve previsão orçamentária para 2003.

Apesar de não haver programa específico de capacitação, integrantes da equipe gerencial e o próprio gerente têm participado dos cursos oferecidos no âmbito

do serviço público, com destaque para os cursos promovidos pela ENAP (como exemplo, pode-se citar o curso de multiplicadores do novo modelo de planejamento), o que tem auxiliado sobremaneira na consecução dos objetivos do Programa.

Com relação à ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, a avaliação é de um modo geral positiva. No período, apenas um parceiro atrasou no cumprimento do cronograma de execução de atividades e dois não realizaram as atividades acordadas, sem prejuízo para o erário, pois restituíram na forma legal os recursos recebidos.

A mudança do perfil orçamentário da Funag passou a refletir, a partir de 2002, melhor a verdadeira natureza da atuação da entidade e concentrou os recursos de custeio na atividade-fim, ou seja, a realização de estudos e pesquisas ligados às relações internacionais, política exterior e demais assuntos de interesse do MRE, quando antes estavam concentrados na atividade-meio, ou seja, coordenação e manutenção dos serviços administrativos. Em valores, praticamente não houve variação orçamentária.

Essa mudança veio permitir identificar e acompanhar melhor a atuação da Funag, cuja atividade é contínua e estabelecida por decreto. A ação da Funag, nos orçamentos de 2000 e 2001, figurou com três projetos, sendo que, em 2001, apenas um deles obteve recursos orçamentários.

Não foram identificadas parcerias com outros programas consideradas vantajosas e que ainda não tenham sido realizadas.

Quanto à participação da sociedade, não existe previsão de canais participativos formais. Entretanto, o Programa tem apresentado um certo grau de interface com a sociedade em suas ações Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais e Estudos e Pesquisas Sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. Nestes dois casos, a busca de melhor divulgação, pela imprensa e mediante folhetos distribuídos às universidades, tem permitido ampliar significativamente o público atingido pelos eventos realizados. A tiragem das publicações também vem aumentando paulatinamente, o que revela uma maior procura.

Pode-se afirmar, ainda, que não vêm sendo realizadas pesquisas sistemáticas do grau de satisfação do usuário com o Programa como um todo. No que diz respeito a cada ação em particular, pode-se dizer que, com relação à ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, os seminários realizados são aproveitados como oportunidade para um diálogo que faz chegar até a Funag alguns comentários de avaliação. No caso dos seminários da Funag, um questionário final de avaliação da satisfação poderá ser implementado em 2003.

Quanto à ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional, consideram-se beneficiários/usuários as áreas do MRE que tiveram participação na sua execução. Utilizou-se, como mecanismo de avaliação, formulários/questionários de avaliação e validação dos produtos entregues, implantados ou desenvolvidos.

As dificuldades para a implementação da pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário do Programa ligam-se ao fato de tratar-se de programa de gestão de políticas públicas. No caso dos seminários e demais eventos realizados, bem como das publicações, não existiria, entretanto, dificuldade para implementação dessa pesquisa, e sua implementação está sendo estudada pela Funag para o ano de 2003.

O funcionamento do Programa e de suas ações ainda apresenta problemas que não poderão ser todos resolvidos em 2003. Um desses problemas é de difícil solução, porque consiste no número insuficiente de funcionários de que dispõe a Funag. No seu quadro de funcionários, há vários cargos vagos, inclusive cargos de pesquisador. O novo estatuto da Funag, adotado em outubro de 2001, institucionalizou o CHDD mas só previu para seus quadros um cargo, o de diretor, o que é certamente insuficiente.

As restrições decorrentes das dificuldades econômicas e o contingenciamento de recursos restringiram sobremaneira a execução orçamentária, mas não foram capazes de interferir no desempenho das ações do Programa. A redução dos recursos disponíveis foi contrabalançada pela utilização de alternativas, tais como as parcerias, que permitiram o cumprimento satisfatório das metas físicas.

Promoção das Exportações e Acesso a Mercados

Resultados

O desempenho do Programa no período 2000-2002 tem refletido e acompanhado o gradual aumento da competitividade de produtos brasileiros no exterior e o crescimento das exportações brasileiras. Dentre os principais resultados alcançados, cumpre destacar:

- o fortalecimento da estrutura operacional da *BrazilTradeNet*, hoje o maior *site* de promoção comercial da América Latina. A instalação de "espelho" na Embaixada do Brasil em Washington, efetuada em 2001, passou a facilitar o acesso a seus dados nos EUA, Europa e Ásia, por parte de importadores de produtos brasileiros;
- a realização de expressivas missões empresariais ao exterior, inclusive para mercados não-tradicionais;
- a participação em feiras e mostras no exterior e no Brasil. Em 2001, foram 49 no exterior e 24 no Brasil. Em 2002, foram 57 no exterior e dezessete no Brasil;
- o desenvolvimento de dois *sites* voltados para a prestação de informações relacionadas a acesso a mercados: www.mercosul.gov.br e www.mre.gov.br/siteunir;
- a realização de vários ciclos de treinamento voltados para comércio exterior ou promoção de investimentos;
- a reformulação, ao longo do período, do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas, o Sipri;
- a consolidação do serviço "Exporte Fácil", no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios. Lançado oficialmente em novembro de 2000, o serviço está disponível em mais de 4.400 agências dos Correios, espalhadas por todo o País.

Um dos índices de satisfação mais expressivos é o aumento do número de empresas cadastradas na *BrazilTradeNet*. Refletindo as melhoras efetuadas no sistema, esse número passou de 10.681 para 14.949 em 2001 e para 18.239 em 2002 (a propósito, o número de empresas brasileiras exportadoras em 2002, conforme dados da Segex, montou a 17.407).

O aumento expressivo no número de empresas cadastradas reflete a melhora na qualidade do acesso ao *site* (em 2001 foram tomadas diversas medidas de caráter técnico nesse sentido) e também a divulgação efetuada em encontros de comércio exterior, feiras e outros eventos promocionais.

É possível afirmar que a *BrazilTradeNet* é hoje referência obrigatória para a comunidade envolvida com comércio exterior. Ainda que o alcance do Programa de **Promoção de Exportações e Acesso a Mercados** estenda-se para além do universo de empresas cadastradas, e mesmo levando em conta que os universos comparados (empresas cadastradas e empresas exportadoras) não são necessariamente coincidentes, não resta dúvida de que a evolução do indicador manifesta de maneira geral o acerto das medidas tomadas em seu âmbito no triênio 2000-2002.

Gerente:

Mário Vilalva

De maneira mais geral, entretanto, é sensível a percepção, por parte dos principais agentes públicos e privados ligados à área de comércio exterior, de que o Programa de **Promoção de Exportações e Acesso a**

Mercados tem contribuído nesse período para o desempenho crescentemente positivo das exportações brasileiras. Além de empresários que procuram a gerência do Programa para relatar casos de sucesso resultantes de informações colhidas na *BrazilTradeNet*, a imprensa tem divulgado notícias atinentes à satisfação do público-alvo do Programa com relação às ações desenvolvidas.

Até o final de 2003, e a despeito da escassez de recursos, espera-se dar seqüência às atividades ligadas à organização de missões, feiras e outros eventos promocionais. Ao longo do ano, a *BrazilTradeNet* deverá também ser significativamente aprimorada do ponto de vista técnico e de funcionalidades disponíveis para os usuários. Esse trabalho deverá ser feito de maneira sempre mais coordenada com outras instâncias associadas à promoção de exportações (Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC etc.), de maneira a oferecer aos empresários brasileiros serviços de melhor qualidade mediante utilização ótima de recursos disponíveis.

Concepção

É conhecida a vinculação entre promoção de exportações e estabilidade econômica. No caso do Brasil, é possível lembrar que as exportações contribuem significativamente, e deverão fazê-lo ainda mais, para a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos e, portanto, para a preservação de um ambiente macroeconômico condizente com as necessidades de crescimento do País. Cumpre mencionar igualmente os efeitos sociais e de geração de renda das exportações, inclusive do ponto de vista da criação de postos de emprego estáveis mesmo em conjunturas internas adversas.

Há todo um complexo de atividades ligadas à promoção de exportações, que vão desde a organização de cadeias produtivas até a promoção comercial propriamente dita. As ações inscritas no Programa de **Promoção de Exportações e Acesso a Mercados** contribuem, dentro de suas especificidades, para o atingimento de objetivos comuns a outras esferas de Governo (a exemplo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Banco do Brasil) e do setor privado (a exemplo da Agência de Promoção de Exportações - APEX e das federações do sistema Conselho Nacional da Indústria - CNI).

Ao longo do período 2000-2002, pôde-se observar gradual reforço da interação entre os diversos atores envolvidos na promoção de exportações, no Governo e no setor privado. A gerência do Programa participou desse processo mediante reforço de parcerias na condução de seus trabalhos, inclusive com atores multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Há duas ações do Programa afetas a outras instituições, a saber, o MAPA e os Correios. É possível afirmar que houve progressos no acompanhamento de tais ações, mas certamente ainda há campo para melhor coordenação.

O cuidado com a qualidade da *BrazilTradeNet* é preocupação central no âmbito do Programa, em função da importância da relação entre promoção de exportações e facilidade de acesso a informação comercial.

No decorrer de 2001, foram tomadas medidas técnicas para facilitar o acesso ao *site*, no Brasil e no exterior, e em 2002 buscou-se preservar a confiabilidade dos cadastros e das informações disponíveis no *site*. A divulgação da oferta deste serviço gratuito e o conjunto dessas medidas têm-se refletido no expressivo aumento das empresas cadastradas desde 2000.

..... Implementação

Seria sem dúvida possível fazer mais no âmbito da Promoção de **Exportações e do Acesso a Mercados** se as dotações fossem maiores, espelhando as crescentes demandas e expectativas que recaem sobre a gerência do Programa. Relativamente a 2001, o aumento dos recursos disponíveis para atividades de promoção comercial no MRE em 2002, com reforço do montante destinado à ação *BrazilTradeNet*, permitiu no entanto alcançar resultados qualitativamente melhores no período. A LOA 2003, por outro lado, prevê valores substantivamente menores para as ações *BrazilTradeNet* (em torno de R\$ 5,5 milhões, contra aproximadamente R\$ 10,2 milhões em 2002) e missões comerciais (em torno de R\$ 1,8 milhão, contra aproximadamente R\$ 2,1 milhões em 2002).

Foi possível harmonizar a programação referente às autorizações de despesas, de um lado, e o fluxo de liberação de recursos, de outro lado. Como costuma ocorrer, no entanto, há problemas de liquidez no início do exercício e eventual concentração de gastos em seu encerramento.

Os Correios encaminham regularmente planilha com registro do desempenho físico da ação Facilitação do Comércio Exterior. O MAPA não tem se furtado a mandar informações sempre que solicitado. No entanto, uma maior fluidez nos contatos da gerência com os responsáveis por ações da alçada dessas instituições seria de utilidade.

Para tanto, poder-se-iam estudar mecanismos de trabalho mais bem integrados. No caso do MAPA seria conveniente levar adiante, por exemplo, contatos no sentido de empregar a *BrazilTradeNet* para promoção específica do agronegócio, mediante a criação de janela específica para aquele ministério.

Ainda que não tenha havido dificuldades de monta associadas à realização de gastos no âmbito do Programa (em função de suas especificidades, a maior parte das despesas é efetuada no exterior), houve eventualmente problemas tópicos associados à lentidão de tramitação de processos licitatórios ou de aquisição de produtos e serviços (publicações, por exemplo).

O desempenho físico das ações descentralizadas situou-se dentro do esperado e pode ser considerado satisfatório.

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais

Resultados O Programa, gerido pelo Departamento de Administração - DA, abrange ações de características continuadas e não-finalísticas e tem como objetivo dar às missões diplomáticas e consulares brasileiras condições adequadas para representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante estados estrangeiros e organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

As seis ações que compõem o Programa prevêem desembolso mensal de recursos, à exceção da ação Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consulados. Dentre os principais resultados alcançados, no período 2000-2002, tem-se:

ano 2000:

- transferência da Embaixada da República Federal da Alemanha, de Bonn para Berlim; e
- reformas nos prédios das embaixadas em Bogotá, Buenos Aires, Bissau, Dacar, Georgetown, Lagos, Lisboa, Madrid, Manágua, Moscou, Nairobi, Paramaribo, Praia, San Jose, Tóquio, Viena e Washington.

ano 2001:

- realização de dez campanhas pelas comissões demarcadoras de limites;
- reativação da Embaixada do Brasil em Tunis e abertura do Consulado-Geral em Córdoba, Argentina, em imóvel cedido pelo governo daquela província pelo período de dez anos;
- modernização do equipamento de informática em 151 postos, substituição de 57 veículos que integram a frota no exterior e instalação de equipamentos de segurança em postos situados em áreas de instabilidade política; e
- realização de obras de conservação de 22 embaixadas e dos imóveis que abrigam os Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, Ciudad del Este, Lisboa e Tóquio.

ano 2002:

- após o estabelecimento de relações diplomáticas com Timor Leste, o escritório de representação foi transformado na Embaixada do Brasil em Dili;
- adaptação da residência da sede da Embaixada do Brasil em El Salvador para abrigar a chancelaria e o centro de estudos brasileiros;

-elaboração de estudo solicitado pela Decisão 929/2001 do Tribunal de Contas da União - TCU, sobre as vantagens da aquisição de imóveis (financiamento, *leasing*) para as repartições que funcionam em imóveis alugados; e

-instalação do Escritório de Ligação em Abuja, primeira etapa da transferência da Embaixada do Brasil junto ao governo da Nigéria, de Lagos para a nova capital.

Gerente:

**Embaixador
Almir Franco de Sá Barbuda**

Também foram registrados, em 2002, os seguintes resultados:

- recebimento de 1.134 delegações do Governo brasileiro com cerca de 9.383 representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros;
- realização, no exterior, de 1.780 eventos do tipo conferências, mostras de cinema, seminários diversos, entre outros;
- atendimento de 718.310 brasileiros em repartições consulares;
- atendimento de 541.299 estrangeiros em repartições consulares;
- concessão de 333.555 vistos de entrada no Brasil;
- concessão de 136.562 passaportes a brasileiros no exterior;
- recebimento, no Brasil, de 101 delegações estrangeiras, entre visitas presidenciais, chefes de estado e de governo e outras autoridades;
- realização de duas campanhas e seis inspeções de marcos, além de trabalhos de reparação, no âmbito da ação Demarcação de Fronteiras; e
- aprovação, pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofix, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, de propostas de contratação de financiamentos externos para aquisição de imóvel para a instalação da chancelaria em Londres, aquisição de imóvel para a instalação da chancelaria da missão junto à ONU e construção de imóvel destinado à residência do cônsul-geral no Porto. As iniciativas não prosperaram por falta de disponibilidade orçamentária.

São esperados para 2003 os seguintes resultados:

- continuação do processo de renovação da frota de veículos oficiais de modo a cumprir decisão do TCU;
- pagamento dos atrasados devidos ao INSS pela regularização da situação dos auxiliares locais brasileiros contratados em países que não admitem a inscrição de estrangeiros nos respectivos sistemas previdenciários; e
- resposta do TCU à consulta sobre a possibilidade de contratação de *leasing* e de empréstimos bancários para a aquisição e/ou construção de imóveis no exterior para a instalação de repartições diplomáticas e consulares.

.....
O Programa garante ao Governo brasileiro os meios para atuar no exterior através de suas missões diplomáticas e consulares. **Concepção**

Entretanto, o indicador do Programa, Taxa Percentual de Países Membros da ONU com os quais o Brasil Mantém Relações Diplomáticas, tem-se mostrado inadequado como instrumento de avaliação de seus resultados. Qualquer evolução no índice não demonstraria alteração positiva na execução do Programa, uma vez que o estabelecimento de relações diplomáticas é decisão política exclusiva do Presidente da República.

Em 2002, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Timor Leste. Porém, o indicador manteve-se inalterado, apesar de o Programa ter alcançado resultados extremamente positivos em cada uma das seis ações que o compõem e do elevado grau de satisfação do público-alvo.

Implementação

Foi montada uma equipe para assessoramento da gerência do Programa, que fica encarregada do acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos recursos envolvidos no programa, do cumprimento de seus objetivos e metas e da atualização do SIGPlan. A equipe também é responsável pela proposição de novas metodologias e tecnologias com vistas a aumentar a eficácia dos mecanismos de controle e gestão do Programa.

Para garantir a transmissão tempestiva de informações acerca da execução de cada uma das ações ao gerente, foram adotadas algumas medidas: elaboração e implantação de formulários eletrônicos, criação de canais diretos de comunicação entre o gerente e as demais unidades envolvidas, mudança no fluxo de documentos, entre outras. Os formulários com dados são transmitidos mensalmente pelos postos e unidades gestoras, por via eletrônica, com o registro da execução e das previsões para o exercício subsequente para cada uma das ações que compõem o Programa.

O sucesso na implementação dessas técnicas aliado às inovações tecnológicas, têm permitido ao gerente o recebimento de informações fidedignas em tempo hábil, embasando a tomada de decisão.

Na execução das ações no exterior, em dólares norte-americanos e outras moedas locais, interagem vários ordenadores de despesa na Secretaria de Estado Departamento de Apoio a Extensão - DAEx, DSE e DCD que autorizam o Escritório Financeiro em Nova York - EFNY a repassar recursos para 152 embaixadas, missões e organizações internacionais, consulados-gerais, consulados e vice-consulados do Brasil. Na execução orçamentária e financeira dessas ações os ordenadores de despesa são as Unidades Gestoras Coordenadoras - UGC, o Escritório Financeiro é a Unidade Gestora Executora - UGE ligada *on-line* ao Siafi e os postos no exterior são as Unidades Gestoras Responsáveis - UGR.

A responsabilidade é compartilhada entre as várias unidades. Aos postos no exterior que executam as ações e sub-ações aprovadas pelos ordenadores de despesa, cabe a elaboração de prestações de conta que serão analisadas e submetidas à aprovação do EFNY. Este, por sua vez, é submetido a tomadas de contas anuais de parte da Ciset. Duas ações - Manutenção do Cerimonial e Demarcação de Fronteiras - são desenvolvidas no Brasil, com despesas em moeda nacional e sob a responsabilidade do cerimonial, da Primeira Comissão Demarcadora de Limites e da Segunda Comissão Demarcadora de Limites.

Apesar dos esforços de integração, ainda não é abrangente a participação nas decisões sobre a alocação dos recursos entre as unidades gestoras.

O fluxo de recursos financeiros vem apresentando descontinuidade, afetando a execução de projetos pontuais. Essa descontinuidade resultou, no período 2000-2002, numa grande concentração das execuções nos meses de agosto a dezembro, em função do maior volume de recursos liberados a partir de agosto.

Devido à grande variação cambial ocorrida no período, sobretudo em 2002, e como cerca de 90% dos gastos envolvidos no Programa são despendidos em dólares norte-americanos, a continuidade da execução e o atingimento de resultados somente têm sido possíveis graças a créditos suplementares e a esforços de contenção de despesas de parte das repartições no exterior.

Mesmo assim, estes recursos adicionais não foram suficientes para a quitação de todos os compromissos de 2002 com aluguéis, de algumas despesas de manutenção dos postos e de contribuições previdenciárias em atraso por contratos com auxiliares locais brasileiros.

Foram feitos, ainda, esforços na obtenção de maior volume de recursos e gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP com vistas a novas ações para a aquisição de imóveis no exterior. A título de exemplificação, a compra de imóveis através de *leasing* ou financiamento externo faria com que, no médio prazo, os recursos com o pagamento de aluguéis fossem canalizados para projetos substantivos do MRE e que fossem incorporados novos próprios nacionais ao patrimônio da União. No médio prazo, teriam reduzidas as crescentes despesas com aluguéis em dólares norte-americanos, que consomem parcela considerável do orçamento destinado a custeio, fixado em reais.

O acompanhamento regular e a análise dos dados transmitidos pelos postos e dos percentuais de execução física e financeira de cada ação, permitem avaliar que a estrutura de acompanhamento montada está bastante adequada e tem demonstrado que o Programa, apesar de envolver vários ordenadores de despesa, execução descentralizada envolvendo o Brasil e o exterior e ações de características continuadas e não-finalísticas, vem obtendo desenvolvimento bastante satisfatório.